

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DO
ANO DE DOIS MIL E NOVE: -----

----- Ao décimo sétimo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pela senhora Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação da Acta da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal de Odemira realizada no dia 27/10/2009; -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente; -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Regimento dos Membros da Assembleia Municipal do Concelho de Odemira (Quadriénio 2009/ 2013): apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto dois:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art. 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação; -----

----- **Ponto três:** Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto quatro:** Projecto de Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio ao Arrendamento: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto cinco:** Protocolo de Delegação de Competência e Acordo de Cooperação, entre o Município de Odemira e as Juntas de Freguesia para o ano de 2010: apreciação e deliberação;

----- **Ponto seis:** Escritura de Constituição da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo: apreciação e deliberação. -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos a senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e cinco membros da Assembleia a saber, os senhores Abílio José Guilherme Béjinha, Alberto José Branquinho Beijinha, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, António Carlos Ramos Ruas Gonçalo Ventura, Carlos Manuel Simões Carvalho, Cláudia Isabel Neves Pacheco da Silva, Dário Filipe da Conceição Guerreiro, Idálio Santos Lourenço (Secretário da Junta de Freguesia de Longueira/ Almogrove, em substituição do senhor Dinis Manuel Campos Nobre, Presidente da referida Junta), Eduardo Abrantes Francisco, Florival Matos Silvestre, Hélder Ledo António, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio da Encarnação, Idálio Manuel Guerreiro Gonçalves, Joana Nunes Cortes de Matos Figueira, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, João Palma Quaresma, José da Silva Valério, José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, José Júlio Rosa de Oliveira, António Manuel Guerreiro Luís (Secretário da Junta de Freguesia de São Teotónio, em substituição do senhor José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da referida Junta), José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel António Dinis

Coelho, Manuel de Matos Sobral Penedo, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Nazário Duarte Viana, Paula Cristina dos Santos Custódio e Sónia Alexandra Martins Raposo e, as ausências dos senhores Márcia Cristina Viana Silva Inácio, Paulo Jorge Dias Reis e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da referida Câmara Municipal, Hélder António Guerreiro, Sónia Isabel Nobre Correia e Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro e António Manuel Assude Ferreira, Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

----- Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores verificou-se que, relativamente à primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal que se realizou no dia vinte e sete de Outubro e à sessão extraordinária que se realizou no dia vinte e sete de Novembro do corrente ano, não havia qualquer falta injustificada.-----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

----- Interveio o senhor Carlos Bernardino, residente em Vila Nova de Milfontes, que perguntou se existia alguma previsão para a entrada em funcionamento do Matadouro do Litoral Alentejano. Referindo-se ao Posto de Turismo do Almogrove, questionou se o projecto já se encontrava concluído ou se haveria hipótese de acrescentar outras valências, tais como balneários, à semelhança do que já existia em Vila Nova de Milfontes. -----

----- Por último, informou que na última factura da água existia uma divergência entre as parcelas e o total da mesma, pelo que perguntou se iriam fazer alguma rectificação.-----

----- Interveio o senhor José David Geraldo, representante da Comissão de Moradores de Algoceira e Vale do Bispo, que informou que o processo de reconversão urbanística daquela

zona tinha iniciado há cerca de vinte e dois anos, abrangendo uma área de catorze hectares, onde na altura residiam cerca de quarenta famílias e actualmente tinha dado origem a cento e vinte e sete lotes.-----

----- Informou também que a referida Comissão de Moradores tinha decidido avançar com a constituição de uma Associação de Moradores. Por último, considerou que aquela zona pecava pela falta de espaços comerciais e centros de convívio para a população. -----

----- Referiu ainda que tinha conhecimento da existência, no concelho de Odemira, de muitos casos semelhantes ao de Algoceira, que estavam por resolver desde o “Vinte e Cinco de Abril”. Nesse sentido, perguntou sobre o número de processos que já tinham sido resolvidos e quantos ainda estavam por resolver. -----

----- Por último, questionou sobre a forma como o senhor Presidente da Câmara Municipal iria fazer o atendimento ao público. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o Matadouro do Litoral Alentejano tinha sido um investimento bastante avolumado, com um financiamento comunitário de apenas trinta por cento e onde a Câmara Municipal participava com quarenta por cento do capital social. Referiu ainda que o edifício estava concluído, estando a decorrer o processo com vista ao lançamento da empreitada da Estação de Tratamento de Águas Residuais.-----

----- Informou também que actualmente estavam a tentar encontrar a forma de financiamento do montante necessário para a conclusão do investimento, faltando dotar o capital social em oitocentos mil euros que seriam repartidos pelas entidades associadas ou através do endividamento da entidade “Matadouro Litoral Alentejano”. -----

----- Disse ainda que dada a urgência, a Câmara Municipal de Odemira iria avançar com a obra de abastecimento de água do matadouro, a qual serviria também para abastecer a povoação de Fornalhas Velhas.-----

----- Ainda em relação ao Matadouro do Litoral Alentejano informou que o prazo previsto para a sua conclusão seria durante o mês de Abril do próximo ano.-----

----- Relativamente ao Posto de Turismo do Almogrove, informou que existia financiamento de uma entidade externa que disponibilizou cem mil euros para a sua concretização, verba que já estava prevista em orçamento. Informou ainda que estavam a elaborar um estudo que incluía a localização do Posto de Turismo na Praça dos Fuzileiros, a reparação dos balneários que se encontravam degradados e a remodelação da zona envolvente.-----

----- Quanto à facturação da água, referiu que de facto tinha havido uma discrepância nos valores constantes na factura que não influenciavam o valor total da mesma. Disse ainda que tinha sido um erro informático que já estava corrigido e que não tinha provocado qualquer aumento de encargo para o cidadão.-----

----- Por último, disse que estavam a decorrer as obras de infraestruturas eléctricas em Algoceira, prevendo-se a sua conclusão na primeira quinzena do próximo ano e a actualizar o processo de concurso para os arruamentos e águas pluviais.-----

----- No que respeita a equipamento público em Algoceira, referiu que os espaços colectivos e de diversão infantil ainda não eram os desejadas, tratando-se de um processo que iria avançando com a evolução da povoação. Revelou também que actualmente a dinâmica local era desenvolvida pela Comissão de Moradores que tinha organizado alguns eventos.-----

----- Por último, informou que os equipamentos de iniciativa privada já estavam previstos no Plano de Pormenor de Algoceira e teriam de ser desenvolvidos a esse nível.-----

----- Referiu ainda que não existiam muitos processos semelhantes ao de Algoceira, existiam sim processos em Fornalhas Velhas, Bicos, São Miguel, Brejão e Baiona mais complicados, onde os terrenos pertenciam a vários proprietários. Naqueles casos as pessoas eram proprietárias das casas, mas não do solo e muitas vezes os proprietários do terreno não estavam interessados na venda e na conseqüente resolução do problema.-----

----- Quanto ao atendimento municipal dos munícipes, informou que se encontravam informações sobre o mesmo na página de Internet da Câmara Municipal e no Boletim Municipal de Odemira. Disse ainda que existiam datas específicas, mediante previa marcação, para atendimento ao público por parte do Presidente da Câmara Municipal, dos Vereadores e até mesmo dos técnicos. -----

----- Não havendo mais intervenções a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados,

para melhor esclarecimento. -----

----- Relativamente ao mapa da correspondência recebida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal realçou os seguintes documentos:-----

----- a) números trezentos e sessenta e trezentos e setenta e cinco, datados de vinte e sete de Outubro e de onze de Novembro do corrente ano, enviados pela Inspeção-Geral da Administração Local e pela Câmara Municipal de Odemira, respectivamente, sobre “Inspeção Ordinária Sectorial ao Município de Odemira, Eventuais Responsabilidades Financeiras”. Relativamente aos documentos anteriormente citados, informou que os mesmos poderiam ser consultados naquela sessão ou junto dos serviços administrativos da Assembleia Municipal. Não se registou qualquer intervenção sobre o assunto em causa. -----

----- b) número trezentos e setenta e três, datado de dez de Novembro do corrente ano, enviado pelos Moradores dos Alagoachos, referente a uma queixa sobre o funcionamento do Snack-Bar “O Alpendre”, em Vila Nova de Milfontes. Referiu ainda que tinha remetido o presente assunto para conhecimento dos representantes das forças políticas e membros da Mesa daquele órgão e, bem assim solicitado ao senhor Presidente da Câmara Municipal informações sobre o mesmo. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o Snack-Bar estava licenciado e tinha um horário de funcionamento regular e, bem assim considerou que aquele problema era sobretudo de ordem pública e passava por uma atitude mais fiscalizadora e actuante por parte da Guarda Nacional Republicana. Disse ainda que na sequência da queixa efectuada, tinham contactado a Guarda Nacional Republicana local; no entanto, ainda não tinham qualquer informação sobre o assunto. -----

----- Interveio novamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal que solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a informasse da evolução daquele assunto, tendo em conta que os moradores se queixavam bastante do ruído, do horário de funcionamento e do

estacionamento desorganizado junto àquele estabelecimento comercial. -----

----- Não havendo mais intervenções a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Interveio o senhor João Quaresma que referindo-se ao envio da documentação para aquela sessão, nomeadamente ao CD que continha o Orçamento e Plano de Actividades para o próximo ano, chamou a atenção para o facto de não se adoptar aquele sistema, sem a prévia consulta dos membros da Assembleia Municipal, porque algumas pessoas tinham tido dificuldade em aceder à informação em suporte digital. Revelou ainda que ele e possivelmente a maioria das pessoas preferiam receber os documentos naquele formato e, bem assim, referiu que todos eram sensíveis à questão ambiental de poupança de papel; no entanto, e de acordo com o exposto e para que todos pudessem estar ali nas mesmas condições, considerou que deveria ser efectuada uma consulta prévia aos membros antes do envio da documentação naqueles moldes.-----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sugestão e referiu que, no fim da reunião, os membros da Assembleia presentes deveriam indicar os moldes (suporte informático ou papel) em que desejavam receber a documentação. Os membros que se encontram ausentes nesta reunião também iriam ser consultados para este efeito. -----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma, eleita pela Coligação Democrática Unitária, que apresentou a Moção que seguidamente se transcreve: -----

----- **“MOÇÃO** -----

----- O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina foi criado com a intenção de preservar e valorizar o património ambiental existente nesta área. Aquando da criação do Parque os autarcas dos quatro concelhos envolvidos tudo fizeram para que os objectivos fossem

claros e específicos – a preservação do ambiente e melhorias das condições de vida para as populações existentes. -----

----- Ao longo dos anos temos vindo a verificar que os objectivos têm sido alterados pelos sucessivos governos, deixando para plano secundário as populações e privilegiando outros interesses que não vão ao encontro dos anseios das populações residentes no Parque Natural. ---

----- Mais, ao longo dos anos, os principais intervenientes na criação do Parque, os municípios, têm vindo a perder todos e quaisquer poderes de decisão sobre o que se passa na área do Parque, tendo sido substituídos pelo Governo, nomeadamente pelo Ministério do Ambiente.-----

----- Não achamos razoável, que os municípios passem a ser meros espectadores nas questões do Parque que, afinal, são questões da vida da população que os elegeu. -----

----- Não achamos razoável, que as populações que sempre viveram aqui, e sempre foram elas quem preservou o ambiente, as características únicas desta área, se vejam agora ostracizadas e depauperadas do seu património, sem poderem participar nas decisões tomadas sobre as suas vidas e património.-----

----- Não achamos razoável, que ao invés de uma discriminação positiva, prevista aquando da criação do Parque, as populações se vejam afastadas desta área com as restrições e limitações criadas pelo Governo PS, com medidas proibitivas de tudo e para todos os que cá vivem, com sanções brutais. -----

----- Não podemos ficar calados! Não podemos continuar a aceitar este tipo de medidas, quando sabemos quais as intenções reais previstas para esta área: não um projecto de desenvolvimento sustentável, preservando o ambiente e a população existente, mas uma mina de ouro para projectos megalómanos de interesse do grande capital que em nada têm a ver com esta região. **Não foi para isso que foi criado o Parque!** -----

----- **O Parque existe e todos nós concordamos que deva existir, mas não desta forma! -**

----- O POLIS surgiu como “salvador” de todos os problemas estruturais desta área. De facto, achamos que as obras previstas no POLIS são obras importantíssimas para o desenvolvimento e bem-estar destes concelhos, **mas perguntamos nós:**-----

----- Porque é que esta intenção surgiu a poucos meses das eleições, quando estas intervenções já deveriam estar em execução há cerca de 20 anos? -----

----- Que garantias é que existem que o POLIS vai trazer desenvolvimento à região e às suas populações, quando o que assistimos é que cada nova medida proposta pelo Governo para esta região vemos sempre outros interesses sobreporem-se aos das populações?-----

----- Porque é que as autarquias da região têm de assumir parte dos encargos, quando a área das intervenções são no Parque Natural, que por sua vez está sobre gestão do Ministério do Ambiente? -----

----- É assim que o governo ajuda a equilibrar as regiões? É assim que o Governo apoia o desenvolvimento na área do Parque? -----

----- Não achamos razoável, que proíbam a população de executarem as suas actividades, como a pequena agricultura, a pesca de subsistência, etc., permitindo que ao abrigo do estatuto PIN, Projecto de Interesse Nacional, tudo seja possível fazer aos grandes grupos económicos. --

----- Onde está a discriminação positiva? Onde está a preservação do ambiente e da população local com os seus costumes e tradições?-----

----- Onde está o desenvolvimento sustentável? Metido na gaveta? -----

----- Não achamos razoável, que o Governo tome medidas altamente punitivas para estas populações sem que sejam consultadas, como foi o caso da Portaria nº 1245 de 13 de Outubro, que mais uma vez veio impor à população o pagamento de taxas e mais taxas de valores exorbitantes, com o objectivo de afastar as populações desta região, angariar dinheiro à custa daqueles que menos ganham para sustentar o funcionamento do ICNB, e instalar na região novos investidores com objectivos duvidosos.-----

----- **Como se pode admitir que se obrigue um indivíduo a pagar 200 euros para obter um parecer do ICNB sobre o corte de uma sebe, quando esse é o valor da sua reforma? ---**

----- **Como se pode admitir que exijam às colectividades e associações o pagamento de taxas de 200 euros para obterem autorização para a realização das suas actividades, quando sabemos em que condições financeiras se encontram? -----**

----- Devido a diversas pressões exercidas sobre o ministério do ambiente sobre a referida portaria, a mesma foi suspensa por noventa dias, em diário da república de 4 de Dezembro. ----

----- Mediante esta situação a CDU exige:-----

----- 1º - A população deve ter conhecimento prévio das intenções do Governo;-----

----- 2º - A população deve participar em todas as medidas a tomar relacionadas com o Parque; -----

----- 3º - A população residente no Parque deve efectivamente ser protegida ao abrigo do estatuto da discriminação positiva; -----

----- 4º - A população residente deve ser recompensada por qualquer restrição que lhe seja imposta;-----

----- 5º - Os Municípios, enquanto órgãos eleitos pela população, devem ter voz activa e decisória em todas questões relacionadas com a área do Parque, e com a vida das populações que os elegeram. -----

----- 6º - Estas taxas não têm razão de existir e como tal, devem ser abolidas.-----

----- Os eleitos da CDU.”-----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que felicitou o senhor Presidente da Câmara Municipal pelas duas reuniões realizadas com os trabalhadores do Município de Odemira e por esse motivo, considerou que a partir de Janeiro do próximo ano “tudo” seria diferente. -----

----- Relativamente à Fortaleza de São Clemente, mais vulgarmente conhecida pelo Castelo

de Vila Nova de Milfontes, sugeriu que fosse criado um fundo financeiro que não seria apenas municipal, podendo-se desenvolver ao nível do litoral alentejano, distrital ou envolvendo agentes económicos e empresas privadas para, caso fosse viável, adquirirem o imóvel evitando que fosse novamente “parar a mãos particulares”.-----

----- Informou ainda que os valores citados para a venda do imóvel rondavam os quatro milhões de euros, podendo baixar até aos três milhões de euros. -----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho que questionou se a Câmara Municipal tinha algum levantamento das explorações agrícolas de cultura intensiva existentes no Parque Natural e bem assim, se havia algum controlo relativamente à utilização de químicos e as suas consequências nas águas existentes na zona. -----

----- Interveio o senhor João Rebelos dos Reis que expressou a sua congratulação pela suspensão, por noventa dias, da Portaria número mil duzentos e quarenta e cinco barra dois mil e nove que estipulava as taxas a cobrar pelo Instituto da Conservação da Natureza pelos pareceres, informações ou serviços prestados e cujos valores eram exorbitantes. -----

----- Questionou ainda em que situação se encontrava o estudo de avaliação estratégico do Itinerário Complementar número quatro, lembrando que tinha sido informado que a data prevista para a conclusão do mesmo seria o último trimestre do corrente ano. -----

----- Seguidamente apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve: -----

----- **“PROPOSTA** -----

----- No próximo ano de 2010 cumpre-se um século sobre a implantação da República no nosso país. Para celebrar essa efeméride, o Presidente da República nomeou, sob proposta do Governo, uma Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, com a missão de preparar, organizar e coordenar as comemorações do primeiro centenário da implantação da República. -----

----- Estas comemorações irão integrar diversas iniciativas de norte a sul do país, tendo a

Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República convidado todos os municípios a participar no programa das comemorações. -----

----- O Programa do Centenário compreende um conjunto de programas temáticos, um dos quais especificamente dedicado à relação com as autarquias e o poder local, tendo a designação de República e Municípios. -----

----- O Grupo dos membros da Assembleia Municipal de Odemira eleitos pela lista do PS propõe a criação do Grupo de Trabalho para as Comemorações do Centenário da República. Esta comissão terá como objectivo a preparação de iniciativas que visem as comemorações do centenário da implantação da República, com especial incidência nos factos e protagonistas do nosso concelho ligado à implantação da República”. -----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que realçou a importância histórica e social do corredor ferroviário que atravessava o concelho de Odemira. Referiu ainda que a electrificação da linha ferroviária do sul beneficiou muito o concelho de Odemira, nomeadamente através do acesso a comboios rápidos. Nessa conformidade, informou que existia um comboio para Lisboa que passava por Luzianes-Gare às sete horas e regressava às vinte e uma horas, o que dava uma boa margem de tempo para as pessoas resolverem os seus assuntos. Surpreendentemente, o horário daquele comboio tinha sido alterado passando actualmente por Luzianes-Gare às dez horas e regressava logo às dezasseis horas, o que prejudicava em muito a população. -----

----- Ainda em relação ao corredor ferroviário, considerou que as acessibilidades tinham uma grande influência naquele sector. Relembrou que se existisse uma melhoria no acesso à antiga Estação de Odemira, em Luzianes-Gare, Odemira ficaria apenas a quinze minutos de distância. Nesse sentido considerou que era importante sensibilizarem as grandes empresas do país para a questão social. -----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que referiu que recentemente tinha colocado um

contador de leitores no blog da Assembleia Municipal e constatou com satisfação que existiam visitantes dos Estados Unidos da América, da França, da Alemanha e do Brasil. -----

----- Seguidamente apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve: -----

----- **“PROPOSTA** -----

----- Dada a importância que reveste a aproximação da Assembleia Municipal à população e dando continuação à divulgação deste órgão, o grupo da Assembleia Municipal eleito pelo PS propõe a criação de uma Comissão Permanente para a divulgação da Assembleia Municipal de Odemira. -----

----- Esta comissão inclui o trabalho de dinamização da Folha da Assembleia e a actualização do seu blog”.-----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que referiu que a anterior proposta era consensual e considerou que era importante manter a Folha da Assembleia e a dinamização que vinha do mandato anterior, no que se referia à aproximação das pessoas da Assembleia Municipal e dos Órgãos Autárquicos.-----

----- Perguntou ainda para quando estava prevista a reparação, conservação e a iluminação da ponte sobre o rio Mira, em Odemira. Considerou ainda que era urgente a reparação da estrada do tabuleiro do lado poente da ponte, porque encontrava-se cheia de buracos e sempre que chovia, a água empoçava e as pessoas ficavam molhadas com a passagem dos carros. -----

----- Referiu ainda que a estrada para a Escola Damião e para o Ecomarché, em Odemira, também se encontrava em péssimo estado e mesmo que os automobilistas passassem com muito cuidado, molhavam as crianças que caminhavam no passeio. -----

----- Considerou também que o projecto do Lar da Santa Casa da Misericórdia de Odemira era uma obra relevante, porém lembrou que deveriam equacionar atempadamente outro local para colocar os columbófilos que existiam naquele local. Considerou ainda que deveriam sinalizar e reorganizar o Largo da Avenida Sacadura Cabral, em Odemira.-----

----- Por último, lembrou a questão apresentada em tempos pelos moradores das Portas de Transval, sobre a inexistência de passeios na zona da rotunda. Nesse sentido perguntou em que situação se encontrava aquele problema.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou que o Forte de São Clemente não era apenas uma referência a nível municipal, tinha características únicas, um potencial enorme em termos turísticos, culturais e económicos e, bem assim revelou que era um adepto daquele tipo de construções. -----

----- Relativamente à aquisição do imóvel, referiu que nunca tinha dito que a Câmara Municipal iria avançar para a compra; no entanto, considerou que o assunto merecia a sua atenção porque se tratava de um património classificado de interesse público. Lembrou ainda que nas vendas, o direito de preferência era primeiro exercido pelo Estado e depois pelos Municípios.-----

----- Revelou também que a venda do imóvel estava envolta em confusões, nomeadamente tinham surgido quatro possíveis vendedores, mas nenhum tinha mostrado uma credencial dos proprietários com poderes para efectuarem a venda.-----

----- Por último, em relação a este assunto, informou que existiam diversas formas de financiamento e, bem assim considerou que o Estado deveria preservar o património cultural e nacional e por esse motivo já estava em contacto com a Direcção Regional da Cultura.-----

----- Quanto à Portaria do Instituto da Conservação da Natureza referiu que alguns Municípios do Litoral Alentejano tinham efectuado uma tomada de posição conjunta, contestando e apresentado sugestões sobre a proposta do Plano de Ordenamento do Parque Natural e sobre a Portaria em causa e, bem assim aguardavam uma audiência com a senhora Ministra do Ambiente.-----

----- Relativamente às explorações agrícolas, disse que o licenciamento não era efectuado pela Câmara Municipal, passava por um processo que tinha a ver com as regras estabelecidas no

Plano Sectorial Agrícola do Mira. Referiu ainda que o levantamento que tinham datava do ano de dois mil e seis e estava desactualizado.-----

----- Disse ainda que frequentemente era questionado o perigo dos pesticidas das explorações agrícolas nas linhas de água, porém ninguém ainda tinha demonstrado uma relação directa entre ambos e nesse sentido, considerou que também poderiam questionar o efeito do estrume das vacarias na zona do Parque Natural, especialmente quando chovia.-----

----- Por último, informou que o estudo do Itinerário Complementar número quatro estava a decorrer, a primeira fase encontrava-se concluída e disponível para consulta no site do Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias.-----

----- Relativamente à ponte sobre o rio Mira, em Odemira, informou que a Câmara Municipal tinha efectuado sucessivas exposições e agendado reuniões com vista à sua reparação, tendo em conta que já se encontra em condições muito deficientes para o atravessamento de peões e veículos.-----

----- Quanto aos passeios na zona da rotunda das Portas de Transval, informou que o projecto tinha de ser desenvolvido com a empresa Estradas de Portugal, uma vez que se tratava da envolvente da estrada nacional número cento e vinte.-----

----- Disse ainda que estavam a desenvolver um estudo com vista à retirada dos pombais do local onde seria construído o Lar da Santa Casa da Misericórdia.-----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação os documentos apresentados naquele ponto, designadamente:-----

----- a) **Moção**, apresentada pela senhora Maria Luísa Palma, em nome dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

----- Interveio o senhor Manuel Amaro Figueira que questionou se a Moção tinha por objectivo solicitar a suspensão da Portaria.-----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que informou que o objectivo da Moção tinha a

ver com a suspensão e abolição das taxas constantes na Portaria e, bem assim vinha reforçar todo o trabalho desenvolvido pelos Autarcas do Litoral Alentejano, congratulando-se pela articulação conjunta. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da Moção em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e vinte e uma abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal. -----

----- b) **Posposta**, apresentada pelo senhor João Rebelo dos Reis, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, sobre a constituição de um Grupo de Trabalho para as Comemorações do Centenário da República. -----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que perguntou sobre os critérios de constituição daquele Grupo de Trabalho. Referiu ainda que se o Grupo de Trabalho tivesse a representação de todas as forças partidária da Assembleia Municipal, estaria de acordo, porém tratando-se apenas de uma única representação partidária votaria contra. -----

----- Interveio o senhor João Quaresma que referiu que concordava com a proposta, no entanto, gostaria de ser esclarecido quanto aos moldes da mesma e o seu público-alvo. Considerou ainda que era importante a comemoração de qualquer facto que tivesse relevância histórica e que ajudasse a explicar o passado e a reforçar a identidade deles, enquanto portugueses; porém, tinha dúvidas quanto à concretização daquela proposta, nomeadamente se não seria redundante em relação às iniciativas a nível nacional. -----

----- Interveio novamente o senhor João Rebelo dos Reis que informou que a Proposta seria representativa dos partidos políticos da Assembleia Municipal, espelhando a proporcionalidade

existente. Nesse sentido, propôs que o Grupo de Trabalho fosse constituído por quatro elementos do Partido Socialista, dois elementos da Coligação Democrática Unitária, 1 elemento da Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um elemento do Bloco de Esquerda, sendo o Presidente do Grupo um elemento do Partido Socialista que teria o voto de qualidade.-----

----- Referiu ainda que a população do concelho de Odemira seria o publico alvo e, bem assim informou que a Comissão Nacional para as Comemorações em causa tinha lançado o repto aos concelhos para promoverem iniciativas de âmbito local que pudessem integrar essas comemorações. Nesse sentido, considerou que não estavam a duplicar a iniciativa, mas sim a trazer para o concelho de Odemira uma comemoração nacional. -----

----- Interveio a senhora Joana Figueira que questionou sobre o critério utilizado para chegarem à proporcionalidade referida pelo senhor João Rebelo dos Reis, uma vez que não concordava que a Coligação “Odemira no Bom Caminho” ficasse com o mesmo número de elementos do Bloco de Esquerda. Nesse sentido e considerando a pertinência do número ímpar de elementos no Grupo de Trabalho, a composição deveria ser a seguinte: seis elementos do Partido Socialista, quatro elementos da Coligação Democrática Unitária, dois elementos da Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um elemento do Bloco de Esquerda. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que alertou para o facto de quanto maiores fossem as Comissões e Grupos de Trabalho, mais difícil seria o funcionamento das mesmas e o desenvolvimento dos trabalhos.-----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho, membro eleito pelo Bloco de Esquerda, que considerou que o Grupo de Trabalho deveria ter a seguinte composição: quatro elementos do Partido Socialista, dois elementos da Coligação Democrática Unitária, dois elementos da Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um elemento do Bloco de Esquerda. -----

----- Interveio o senhor Manuel Coelho que discordou com a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, considerando que a mesma estava a subverter a maioria. Relembrou ainda

que na proposta apresentada pelo Partido Socialista, a força política que poderia ficar desproporcionalmente representada seria a Coligação Democrática Unitária e não as outras duas forças partidárias. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que na composição dos Grupos de Trabalho e das Comissões era habitual utilizarem o Método D'Hondt e um número ímpar de elementos. Disse ainda que em nenhuma legislação constava que o partido que tivesse o maior número de elementos tinha o voto de qualidade. -----

----- Considerou também que a proposta do Partido Socialista deveria indicar o número total de elementos para a composição do Grupo de Trabalho. -----

----- Por último, referiu que não acreditava que Odemira ou outro município fossem integrar as comemorações a nível nacional. -----

----- Interveio novamente o senhor Manuel Coelho que lembrou que no Período da Ordem do Dia existiam assuntos bastante importantes para o concelho que mereciam mais atenção, pelo que considerou que deveriam votar as propostas, deixando para posterior decisão a composição das mesmas, até porque relativamente às comemorações ainda tinha tempo para equacionarem a possível adesão. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que as Comemorações do Centenário da República abriam oficialmente no dia trinta e um de Janeiro e encerravam no dia cinco de Outubro do próximo ano, pelo que considerou que não tinham muito tempo para pensarem sobre o assunto. -----

----- Interveio novamente o senhor João Rebelo dos Reis que concordou com a sugestão do senhor Manuel Coelho. Referiu ainda que o que viesse a ser efectuado pelo Grupo de Trabalho, seria apenas a nível concelhio e não se relacionava com qualquer representação nas comemorações em Lisboa. -----

----- Por último, propôs que a composição do Grupo de Trabalho fosse de cinco elementos,

utilizando o Método D'Hondt.-----

----- Interveio a senhora Joana Figueira que, tendo em conta a última proposta do senhor João Rebelo dos Reis, considerou que não estariam perante um Grupo de Trabalho para as comemorações de uma data, mas sim de uma comissão política. Disse ainda que num total de cinco elementos, se utilizassem o Método D'Hondt possivelmente apenas entrariam os elementos do Partido Socialista.-----

----- Interveio novamente o senhor Carlos Carvalho que relembrou que a proposta inicial mencionava a constituição de um Grupo de Trabalho que integrasse todos os partidos políticos representados na Assembleia Municipal. Considerou ainda que tratando-se das comemoração de uma data e havendo no concelho de Odemira uma representatividade política com quatro partidos, seria importante que todos participassem de uma forma construtiva. -----

----- Interveio novamente o senhor João Rebelo dos Reis que propôs que fossem votadas a Propostas tal como tinham sido apresentadas, ficando a composição para discussão na próxima sessão, caso não chegassem a um consenso até ao final da actual sessão. -----

----- Não havendo mais intervenções a senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a proposta em causa que não mencionava o número de elementos que constituíam o Grupo de Trabalho.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos contra dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e nove abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal. -----

----- c) **Proposta**, apresentada pela senhora Helena Loermans, em nome dos eleitos pelo

Partido Socialista, sobre a constituição de uma Comissão Permanente para divulgação da Assembleia Municipal de Odemira. -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a proposta em causa que não mencionava o número de elementos que constituíam a Comissão Permanente. ---

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal.-----

----- Ainda antes de encerrar este ponto da Ordem de Trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia Municipal lembrou aos presentes que transmitissem à Secretária da Assembleia Municipal a forma como desejariam receber os documentos da Assembleia Municipal, designadamente se seria em suporte de papel ou digital. -----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** REGIMENTO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA (QUADRIÉNIO DOIS MIL E NOVE BARRA DOIS MIL E TREZE): Foi presente a proposta de Regimento que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão. -----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho, eleito pelo Bloco de Esquerda que apresentou a proposta que seguidamente se transcreve: -----

----- **“Proposta para a constituição de uma** -----

----- **Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira** -----

----- Considerando: -----

----- 1 – A importância do regimento para o bom funcionamento e o reforço do prestígio do órgão deliberativo do município perante a população e as restantes instituições; -----

----- 2 – Apesar da importância das alterações já introduzidas, ao longo de mais de três décadas de Poder Local Democrático, é sempre possível e necessário actualizar e melhorar o Regimento da Assembleia Municipal no sentido do aprofundamento da democracia participativa, em linha com os modernos conceitos de uma cidadania plena e global no século XXI; -----

----- O Bloco de Esquerda propõe a constituição de uma Comissão de Revisão do Regimento, integrada por um representante de cada partido político presente neste órgão e coordenada pela Mesa da Assembleia Municipal; -----

----- Esta Comissão procurará apresentar uma proposta de revisão do Regimento à próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal, sem prejuízo da apreciação de outras propostas que extravasem o consenso obtido na Comissão.” -----

----- Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que referiu que o Regimento em causa tinha sido elaborado no início do quadriénio passado e considerava que se tratava de um bom Regimento, até porque tinha sido testado durante o mandato anterior sem ter originado qualquer problema. -----

----- Disse ainda que não se opunha à constituição do Grupo de Trabalho, no entanto gostaria que o Bloco de Esquerda o elucidasse sobre os artigos que deveriam ser melhorados. -----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que referiu que o Regimento em causa era recente e que inclusivamente tinha participado no Grupo de Trabalho para a sua elaboração. Considerou também que gostaria que o Bloco de Esquerda a elucidasse sobre os artigos que

deviam ser melhorados.-----

----- Interveio novamente o senhor Carlos Carvalho que informou que a proposta do Bloco de Esquerda passava pela alteração de alguns artigos e a inclusão de outros, designadamente indicando o local das sessões, em que houvesse a alternância entre a sede do concelho e uma das freguesias; publicitando as sessões, nomeadamente através de anúncios nos meios de comunicação locais e regionais, panfletos distribuídos nos principais locais públicos do concelho e divulgação no site do Município e na Agenda Cultural; facultando ao público a possibilidade de intervir também depois do Período da Ordem do Dia, num espaço com a duração máxima de quinze minutos ou durante o Período da Ordem do Dia, na discussão de um determinado assunto, com a anuência da maioria dos membros presentes.-----

----- Interveio novamente o senhor João Rebelo dos Reis que tendo em conta a anterior intervenção, considerou que não fazia sentido a revisão do Regimento. Em relação à proposta em causa, lembrou que tinham aprovado naquela sessão a criação de uma Comissão Permanente para a divulgação da Assembleia Municipal; o Regimento não mencionava o local das reuniões ou sessões e por esse facto, durante o mandato anterior, puderam reunir em diferentes locais em sessões descentralizadas; quanto à proposta de vários períodos de intervenção do público durante a sessão, considerou que isso seria subverter o funcionamento da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta apresentada pelo senhor Carlos Carvalho, eleito pelo Bloco de Esquerda, a qual foi rejeitada por maioria, com dezanove votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom

Caminho”, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

----- Interveio novamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal que propôs que fosse retirada a palavra “ordinária” do início da frase do artigo vigésimo sexto do Regimento, para que o mesmo ficasse de acordo com os números um e seis, do artigo octogésimo quarto, da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.-----

----- Interveio o senhor Manuel Amaro Figueira que referiu que existia no Regimento uma série de artigos onde surgia a menção ora a sessões ora a reuniões, pelo que considerou que seria interessante uniformizar a designação.-----

----- Interveio novamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que o uso daquelas palavras estava de acordo com a lei, ou seja tratava-se de uma terminologia legal. --- -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que a terminologia usada referia-se ao facto de uma sessão poder conter várias reuniões. Referiu ainda que todas as reuniões eram públicas, havendo diferença apenas na possibilidade de intervenção do público. Nessa matéria, referiu que o legislador tinha tentado diferenciar as reuniões extraordinárias, nas quais não deveria existir a intervenção do público, porque eram expressas para uma determinada matéria. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou que o legislador dava a oportunidade a cada órgão de decidir sobre a participação do público. Referiu ainda que não via qualquer problema do público intervir nas sessões extraordinárias, até porque poderia estar em debate um assunto muito importante, em que o público tivesse interesse em participar.

----- Interveio novamente o senhor Carlos Carvalho que relembrando a sua proposta sobre aquele assunto, referiu que se cada sessão tinha várias reuniões, então o público poderia intervir várias vezes. -----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a sua proposta de alteração, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Manuel Coelho que apresentou uma Declaração de Voto: “Abstive-me por duas razões: primeiro, porque não tenho a certeza de qual das formas será mais eficaz e a segunda razão é que eu entendo que o Presidente da Mesa da Assembleia ou a própria Mesa ou a própria Assembleia são sempre soberanas nesta matéria. Eu acho que, se de facto, como dizia o senhor Presidente da Câmara, se houver um tema que propicie numa reunião extraordinária o debate e a participação do público, que isso pode ser sempre feito”. Relembrou ainda que no mandato anterior tinham realizado várias sessões extraordinárias temáticas com a participação do público. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta de Regimento dos Membros da Assembleia Municipal para o quadriénio dois mil e nove a dois mil e treze, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM

DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO:

Foi presente o Relatório de Actividades desenvolvidas pelo Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de Setembro a trinta de Novembro do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão.---

----- Não havendo qualquer pedido de esclarecimento, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto três:** ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZ: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0930-2009 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2010. -----

----- Procedeu-se à apreciação e análise do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o Ano de 2010, elaborado de harmonia com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que apresenta uma receita igual à despesa na importância de € 43.375.000 (Quarenta e três milhões, trezentos e setenta e cinco mil euros), que vai ficar arquivado no maço de documentos, respeitante à presente acta. -----

----- Foi apresentado um Protesto pelos Eleitos da Coligação Democrática Unitária, que seguidamente se transcreve:-----

----- “PROTESTO -----

----- Recebemos o ofício n.º 21059, de 30 de Novembro, ao final do dia, onde se refere a entrega da Proposta de Orçamento para o ano 2010 e as Grandes Opções do Plano, no qual era solicitado que “eventuais propostas aos documentos supracitados, deveriam ser entregues por escrito, nesta Câmara Municipal, até ao próximo dia 04 de Dezembro, inclusivé, pelas 17.00

horas”, para efeitos do disposto no Estatuto do Direito de Oposição. -----

----- No entanto, o documento referente às Grandes Opções do Plano não acompanhou o ofício acima referido e, após contactos efectuados, fomos informados que ainda estava em elaboração.-----

----- O documento referente ao Orçamento para o ano 2010 apresentava uma previsão orçamental total de 42.950.000,00€.-----

----- Foi contactado o Chefe de Divisão Financeira, explicando que necessitávamos de diversos esclarecimentos sobre determinadas rubricas do Orçamento, no dia 05 do corrente, tendo o mesmo autorizado que através do seu e-mail fosse atendido o nosso pedido, o que aconteceu pelas 15:49 horas, para assim ganharmos tempo e possibilitar a realização da reunião dos eleitos da CDU no dia 8 (feriado), pois, tratando-se de um assunto tão importante e que requer uma análise cuidada, noutra dia da semana é-nos mais difícil. -----

----- Tal como acordado com o Chefe de Divisão Financeira, foi entregue pessoalmente o original do n/ofício às 09:40 horas na recepção da Câmara e solicitado que, com urgência, o mesmo fosse levado para despacho do Senhor Presidente ou de quem o substitua. -----

----- Pelas 17:55 horas do dia 07 do corrente, foi entregue outro Orçamento para o ano 2010, apresentando agora o valor total de 43.375.000,00€, mais 425.000,00€ que o anterior, sem que fosse apresentada qualquer justificação, e, finalmente foram recebidas as Grandes Opções do Plano. -----

----- - Quando o Senhor Presidente da Câmara refere no enquadramento das Grandes Opções do Plano que “no respeito pela vontade dos Eleitores, considerámos importante a auscultação de todos os Presidentes de Junta, dos Partidos com assento na Assembleia.....como exercício de recolha de contributos, enriquecimento.....”-----

----- Perguntamos: -----

----- Que dificuldades encontrou o Senhor Presidente da Câmara para não responder ao

pedido apresentado, com a urgência que estes documentos exigem?-----

----- Pela análise de números e rubricas, as respostas solicitadas permitir-nos-iam esclarecer inúmeras dúvidas para as quais não encontramos explicação, pois os valores inscritos estão na sua maioria agregados, sem tipificação clara inequívoca e respectivos destinos.-----

----- Como eleitos no executivo municipal, nos termos da Legislação, temos direito a toda e qualquer explicação para que ao apreciarmos um documento estejamos devidamente esclarecidos e possamos votar em consciência e isso foi-nos negado.-----

----- Odemira, 2009.12.10 -----

----- Os Vereadores da CDU, -----

----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro -----

----- a) António Assude Ferreira-----

----- a) Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas”.-----

----- Foi apresentada uma Declaração de Voto pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, que seguidamente se transcreve: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2010, pela análise que os documentos nos permitem fazer, concluímos que os mesmos retratam a falta de uma estratégia clara e inequívoca, de uma dinâmica prometida mas que não se vê e representam um pequeno conjunto de projectos que não resolvem as necessidades, o bem-estar e qualidade de vida dos nossos concidadãos, que merecem mais e melhor. -----

----- Dizemos há anos e nestes documentos está bem à vista que, quando a Autarquia deixar de ter acesso aos Fundos Comunitários e a possibilidade de fazer mais empréstimos, poucas alternativas restarão, aliás, alguns passos já vão sendo dados nesse sentido, já neste Orçamento para o ano 2010, no qual se propõem vender Património, cobrar aos cidadãos mais TAXAS, TARIFAS, IMI, DERRAMA, IRS, etc. -----

----- A curto prazo assistiremos à privatização de certos e determinados serviços prestados hoje pela Autarquia, passando os cidadãos a pagar directamente às empresas como elas entenderem e quiserem, sem o fazerem directamente à Câmara e, assim os eleitos não terão que dar qualquer explicação aos Municípes que os elegeram.-----

----- Acreditamos, pelo que apreciamos ao longo destes últimos anos e dos que se aproximam, que com as receitas que o Municipio irá cobrar e as que são transferidas do Orçamento de Estado permitirão apenas num futuro próximo garantir os custos com pessoal e encargos de alguns serviços obrigatórios, que não são possíveis privatizar.-----

----- Hoje, a capacidade máxima legal de endividamento da Autarquia está a chegar ao fim, os valores do capital em dívida à Banca já são superiores a mais de 22 milhões de euros, faltando contabilizar os juros e encargos daí resultantes.-----

----- O que se tem vindo hoje a assistir é a falta de verbas disponíveis para a compra de uma simples peça, consumíveis necessários, etc...Com esta forma de gestão tudo se agravará não restando soluções senão a paragem de serviços, com as consequências daí resultantes.-----

----- Está bem à vista a degradação crescente a que estão a chegar viaturas e equipamentos imprescindíveis, pondo em risco a qualidade ambiental tão necessária à população.-----

----- Este Orçamento é irreal e está sobrevalorizado em muitos milhões de euros na parte da receita.-----

----- Vejamos:-----

----- Com a crise que se instalou no nosso País, o desemprego a aumentar, a falência progressiva de empresas, o fosso cada vez maior entre os ricos e os mais pobres, fazem com que a realidade no nosso Concelho se torne cada vez mais visível.-----

----- Perante esta situação, como é possível fazerem-se previsões no Orçamento para 2010, de que a Câmara vai realizar vendas de terrenos e arrecadar o valor de mais de 5,5 milhões de euros e venda de prédios no valor de mais 2 milhões de euros?-----

----- Pasmem-se são mais de 7 milhões de euros!-----

----- É curioso, este empolamento já tem barbas. Em anos anteriores a proposta atingia os 6 milhões de euros, mas as receitas reais nunca ultrapassaram os cem mil euros. Assim foi em 2007, em 2008 e, tudo nos leva a crer pelo que sabemos e acompanhamos, esse valor não será sequer atingido no ano a findar de 2009.-----

----- Não é correcto que se tente iludir os eleitos e os cidadãos desta forma. A crise existe, é profunda e é uma triste realidade que afecta os Odemirenses. “Não estamos a viver num mar de rosas”. - -----

----- Que consequência tem um acto desta natureza, numa gestão que devia enfrentar a realidade e tomar as medidas adequadas e necessárias. Iremos continuar a ouvir em determinadas alturas do ano, que nada se pode comprar, adiam-se pagamentos a fornecedores e empreiteiros, deixam-se parar obras, viaturas, máquinas, emitem-se requisições no ano seguinte, relativas a trabalhos do ano em curso, não se pagam horas extraordinárias a que os funcionários têm direito e que estes não se recusam a fazê-las, a razão será só para que os serviços não parem?-----

----- Fazem-se Planos e Orçamentos que são meras ilusões de promessas não cumpridas, que se tem reflectido em todas as Contas de Gerência.-----

----- Temos dúvidas que neste Orçamento esteja contemplado na integra e para o primeiro ano de grandes intervenções do POLIS anunciadas com pompa e circunstância, na Rádio, Televisão, Imprensa em geral e outros meios de comunicação, pelo Senhor Primeiro-Ministro - José Sócrates, Senhor Ministro do Ambiente e Senhor Presidente da Câmara, a verba a transferir no valor de 1.260.000,00 €, cujo compromisso foi assumido, conforme documentos que nos foram oportunamente entregues.-----

----- Constatámos que um conjunto de obras, nomeadamente as ETAR's de S.Luís, Vila Nova de Milfontes, S.Teotónio, obras de muitas centenas de milhares de euros, deixaram de

constar no PPI – Plano Plurianual de Investimentos, assim como muitas outras na área do saneamento básico.-----

----- Será que este Orçamento contempla a comparticipação para a Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo – AMGAP, quando já se anunciam e se dá como certo o início de obras de milhões de euros, no primeiro Trimestre de 2010. Que artes mágicas serão utilizadas? -----

----- Relativamente ao empréstimo bancário efectuado em Setembro de 2009, no valor de 5.695.000,00 €, bem como ao saldo de empréstimos não utilizado que transitou para o ano de 2009 no valor de 2.407.000,00€, neste orçamento é inscrito o valor de 4.478.000,00€. Desconhecemos em que obras do PPI estes valores foram considerados, pois a coluna correspondente às fontes de financiamento não se encontram preenchidas, não dando uma transparência nem o devido esclarecimento. -----

----- Não compreendemos as divergências no PPI relativamente aos valores inscritos nas rubricas das obras que foram objecto do empréstimo de 5.695.000,00€, nomeadamente quanto ao custo total das obras previstas, quer quanto aos montantes dos empréstimos a utilizar. -----

----- EXEMPLOS:-----

----- - Requalificação Urbana de Zambujeira do Mar – empréstimo obtido de 400.000,00€ (40%) para uma obra no valor de 1.000.000,00€; - no PPI consta que até Outubro de 2009 foram realizados custos de 5.687,00€, para o ano 2010 ficou definido 250.000,00€, para o ano 2011 – 150.000,00€, totalizando o projecto o valorde 405.687,00€;-----

----- - Requalificação e Jardim Público em V. N. Milfontes – empréstimo obtido de 700.000,00€ (35%) para uma obra no valor de 2.000.000,00€; -----

----- - no PPI consta que até Outubro de 2009 foram realizados custos de 2.994,13€ e até 31.12.2009 serão pagos mais 25.368,00€, para o anode 2010 ficou definido 200.000,00€ e para o ano de 2011 o valor de 100.000,00€, totalizando oprojecto o valor de 328.362,13€;-----

----- - Requalificação Urbana de Odemira – empréstimo obtido de 700.000,00€ (35%) para uma obra no valor de 2.000.000,00€;-----

----- - no PPI para o ano de 2010 ficou definido o valor de 500.000,00€, para o ano de 2011 o valor de 1.500.000,00€ e para o ano de 2012 o valor de 1.100.000,00€, totalizando o projecto o valor de 3.100.000,00€; -----

----- - C.M. 1074 – Bicos / Colos – empréstimo obtido 500.000,00€ (33,3%) para uma obra no valor de 1.500.000,00€;-----

----- - no PPI consta que até Outubro de 2009 foram realizados custos de 3.362,40€, para o ano de 2010 ficou definido o valor de 100.000,00€, para o ano de 2011 o valor de 750.000,00€ e para o ano de 2012 o valor de 650.000,00€, totalizando o projecto o valor de 1.503.362,40€;--

----- - C.M. 1126 – EN 120/Vale Ferro – Alargamento e Sinalização – empréstimo obtido 200.000,00€ para uma obra no valor de 550.000,00€;-----

----- - no PPI consta que até Outubro de 2009 foram realizados custos de 25.373,70€, para o ano de 2010 ficou definido o valor de 100.000,00€ e para o ano de 2011 o valor de 450.000,00€, totalizando o projecto o valor de 575.373,70€;-----

----- - C.M. 1162 – C. Pereiras/C. Malhão – Ponte s/ribeira Águas Muitas – empréstimo obtido 100.000,00€ para uma obra no valor de 260.000,00€;-----

----- - no PPI para o ano de 2010 ficou definido o valor de 50.000,00€ e para o ano de 2011 o valor de 210.000,00€, totalizando o projecto o valor de 260.000,00€; -----

----- - C.M. 1191.1 – Pereiras Gare ao limite dos Concelhos de Silves e Ourique – empréstimo obtido 230.000,00€ para uma obra no valor de 460.000,00€;-----

----- - no PPI para o ano de 2010 ficou definido o valor de 3.000,00€ e para o ano de 2011 o valor de 57.000,00€, totalizando o projecto o valor de 60.000,00€; -----

----- Pelas razões referidas os documentos em apreciação, a nosso ver, não contêm qualquer inovação, não contemplam qualquer estratégia e não se encontram em condições de merecerem

o nosso voto de confiança. -----
----- Odemira, 2009.12.10-----
----- Os Vereadores da CDU, -----
----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro-----
----- a) António Assude Ferreira-----
----- a) Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas”. -----
----- Foi apresentada uma Declaração Política pelo Senhor Presidente da Câmara que
seguidamente se transcreve: -----
----- “DECLARAÇÃO POLÍTICA -----
----- Os Eleitos da CDU apresentaram na reunião de 2009.12.10 do Colectivo da Câmara
Municipal de Odemira um Protesto e uma Declaração de Voto Contra na apreciação das
Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010, alegando falta de elementos para
apreciação do documento, mas alegando ao mesmo tempo falta de estratégia e dinâmica na
Política Municipal. Alegam que os Fundos Comunitários e empréstimos sustentam a actividade
da Câmara, bem como taxas, tarifas e venda de Património. -----
----- Parece esquecer-se a CDU de analisar convenientemente a estratégia bem clara no
documento e esquecer-se da forma como dirigiu os destinos da Câmara utilizando e bem,
empréstimos, candidaturas aos Fundos Comunitários que nem sempre soube aproveitar na sua
plenitude quando as taxas de comparticipação atingiam e até superavam os 75%, venda de
Património, designadamente terrenos e lotes para construção e as receitas de taxas e tarifas (que
nunca baixou relativamente aos limites máximos), que agora contesta na sua utilização por
parte dos Eleitos do PS na elaboração do Orçamento Municipal 2010, alegando dívidas
superiores a 22 milhões de euros que os próprios documentos desmentem pela sua simples
análise, e quando foram os Eleitos da CDU a aprovar com os Eleitos do PS na anterior Câmara
os dois últimos pedidos de financiamento destinado a Investimento Municipal. -----

----- Quanto às alegadas divergências de valores do POLIS e AMGAP, bem como à previsão das transferências para essas entidades, elas estão previstas na base dos valores acordados e aprovados tendo em conta as necessidades de realização de Planos Estratégicos de Investimento em 2010, por essas entidades que se realizarão no 1º trimestre do ano e cuja programação financeira está prevista no documento. -----

----- Por todos estes motivos, pela forma como se alega a vivência “ num mar de rosas”, e ao mesmo tempo se omite a efectiva redução que se prevê nas despesas correntes e se alegam desconformidades, mostra a CDU que nunca vai aceitar qualquer Orçamento Municipal em Odemira que não seja o seu Orçamento, como o tem feito ao longo de todos os últimos anos. ---

----- Odemira, 2009.12.10 -----

----- O Presidente da Câmara -----

----- a) José Alberto Candeias Guerreiro -----

----- Os Vereadores Eleitos pelo PS -----

----- Subcrevo -----

----- a) Hélder António Guerreiro -----

----- Subcrevo -----

----- a) Sónia Isabel Nobre Correia -----

----- Subcrevo -----

----- a) Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso” -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, com os votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista, e com os votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária”. -----

----- Interveio o senhor Manuel Amaro Figueira que disse: “Se este orçamento correspondesse à realidade, congratulo-me porque de facto havia aqui uma mudança

significativa da linha que foi seguida nos últimos exercícios, verificando-se que as despesas correntes passavam a ter um valor mais baixo que as despesas de capital, o que seria interessante.” -----

----- Referiu ainda que a rubrica sobre a venda de bens de investimento possuía um valor relativamente elevado, pelo que perguntou onde iam realizar aqueles valores com a venda de bens. -----

----- Relativamente à rubrica sobre outras receitas de capital, nomeadamente aos empréstimos, perguntou se aqueles cerca de quatro milhões e meio de euros correspondiam efectivamente ao endividamento do Município de Odemira.-----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que referindo-se à rubrica zero nove zero um (Receitas de Capital, Venda de Bens de Investimentos, Terrenos), perguntou se estava prevista a venda de alguns lotes de terreno em Vila Nova de Milfontes. -----

----- Perguntou ainda se a Câmara Municipal tinha atribuído algum subsídio à Rádio Maré Alta, no valor de três mil euros, por mês e ao Jornal Costa a Costa, no valor de mil euros, por mês. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que nos últimos anos a Autarquia tinha feito alguns investimentos patrimoniais em termos de infraestruturação de lotes, designadamente na zona industrial e habitacional da Boavista do Pinheiros, onde tinham efectuado um investimento na ordem dos dois milhões de euros. Disse ainda que até à data, não tinham recebido qualquer financiamento, no entanto previam que fosse ressarcida uma parte significativa desse valor. Referiu ainda que contavam trazer à Assembleia Municipal, no próximo ano, o Regulamento daquela zona industrial para posterior venda de lotes, receita que também estavam a prever. Informou também que previam receita proveniente da venda de terrenos no Cruzamento do Almogrove e de alguns lotes que estavam disponíveis nos Bairros

Municipais de Odemira, Brejão e Vale de Santiago. -----

----- Referiu também que tinham um conjunto de escolas propriedade do Município, para além das que tinham sido cedidas à Fundação Odemira que se entendessem necessário, à medida que o orçamento fosse executado, poderiam recorrer. -----

----- Disse ainda que faltava receber uma verba considerável do Quadro de Referência Estratégico Nacional e que contavam concretizar no próximo ano, cerca de setenta por cento da verba contratualizada. Informou ainda que a realidade em termos de endividamento municipal era a que estava no orçamento. Referiu também que o Município tinha vindo, ao longo dos anos, a contratualizar vários empréstimos, no entanto lembrou que a partir do período de carência, começavam a amortizar capital e conseqüentemente a reduzir o montante em dívida.--

----- No que se refere à receita, revelou que existiam duas grandes expectativas, nomeadamente a de não haver necessidade de vender tanto património e de poderem recorrer mais ao Quadro de Referência Estratégico Nacional e, a de conseguirem executar alguns investimentos com valores abaixo do que estavam previstos, devido à concorrência e carência no mercado.-----

----- Por último, informou que existia um protocolo com a Rádio Maré Alta referente a um programa semanal, no valor de três mil euros, por mês, mas não existia qualquer subsídio atribuído ao Jornal Costa a Costa. Disse ainda que já tinham agendada uma reunião com a Rádio Maré Alta para debater a relação contratual e conteúdos do próprio programa. -----

----- Interveio o senhor José Júlio Oliveira que referiu que estava contemplado em orçamento para os próximos três anos, investimentos em áreas de acolhimento empresarial na zona de São Teotónio, de Sabóia e da Boavista dos Pinheiros. Em face do exposto solicitou esclarecimentos sobre o assunto. -----

----- Interveio novamente o senhor Manuel Amaro Figueira que referiu que iria dar o benefício da dúvida, acompanhar a aplicação dos fundos previstos em orçamento e reservaria o

seu comentário para uma data oportuna. Disse ainda que normalmente as candidaturas comunitárias tinham uma contrapartida ao nível da despesa e acabavam por ser inócuas para o orçamento.-----

----- Revelou ainda que a sua preocupação era relativamente à relação entre as despesas correntes e as despesas de capital, nomeadamente se houvesse redução da receita e consequentemente uma subversão daquela relação.-----

----- Referiu ainda que não deviam misturar orçamento e contas de exercício e, bem assim considerou que o investimento já efectuado e que pudesse vir a ser objecto de candidatura, a receita deveria ser reportada ao exercício em que tinha sido aplicada.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que em São Teotónio e em Sabóia as áreas disponíveis para acolhimento empresarial não eram propriedade municipal e por esse facto eram consideradas como desenvolvimentos futuros e previstas plurianualmente.-----

----- Por último, informou que no concelho de Odemira não poderiam considerar como despesa corrente apenas aquela que não era produtiva, porque existia dentro da própria Autarquia uma estrutura produtiva, nomeadamente em termos de pavimentação, construção de pequenas redes de águas e esgotos, entre outros. Referiu que se tratava de despesa de funcionamento, mas que em grande parte tinha também uma repercussão no investimento municipal.-----

----- Ainda sobre as obras efectuadas por administração directa, informou que as novas regras de candidatura aos fundos comunitários impediam aquele tipo de candidatura.-----

----- Interveio o senhor João Quaresma que referiu que por um lado, constatavam que existia uma despesa corrente elevada que podia ser justificada com algum tecido produtivo dentro da Câmara Municipal e por outro, tendo em conta que não podiam candidatar obras por administração directa ais fundos comunitários, eram obrigados a recorrer a empresas externas.

Em face do exposto, perguntou o que a Câmara Municipal pretendia fazer para agilizar aquele serviço de forma a não sobrecarregar o orçamento. -----

----- Interveio novamente o senhor Manuel Amaro Figueira que sugeriu, sem prejuízo das questões sociais, que fosse efectuada uma análise do custo real da obra efectuada pelo Município por administração directa, ponderando o seu impacto na estrutura do próprio Município. Considerou ainda que aquela análise poderia ser a base para poderem tomar as decisões necessárias. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que aquando da apresentação da próxima Conta de Gerência e apesar de ainda não terem a contabilidade analítica aplicada, já poderiam apresentar um trabalho sobre os custos relativos às obras por administração directa. -----

----- Revelou que o concelho de Odemira tinha uma estrutura empresarial muito fraca para a Câmara Municipal poder recorrer e a pouca existente estava impedida, provisoriamente, de concorrer às obras por empreitada, dado que legalmente só podiam efectuar dois ajustes directos ficando impedidas, nos próximos três anos, de se candidatarem novamente. Nessa conformidade, referiu que frequentemente a Câmara Municipal tinha de recorrer a concursos públicos, havendo por vezes problemas quanto à execução das obras. -----

----- Ainda sobre aquele assunto, disse que era complicado verificar qual seria o melhor modelo para a Câmara Municipal, porque por um lado, tinham de fazer as obras com a menor despesa pública possível e por outro, as obras tinham de ser bem feitas. -----

----- Relativamente à estrutura produtiva da Câmara Municipal, informou que existiam algumas deficiências e à medida que os funcionários se reformavam, tornava-se mais difícil contratar novos profissionais, devido ao baixo valor do vencimento. Nesse sentido, considerou que deveriam manter o que era essencial para o Município, tirar o melhor partido dessa estrutura interna e torná-la mais eficaz. -----

----- Por último, disse que estavam a fazer ajustamentos na estrutura interna para equilibrar a despesa corrente a números que fossem razoáveis e comportáveis, sem por em causa aquilo que era o dia-a-dia e as necessidades do Município. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o próximo ano, o qual foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho, eleito pelo Bloco de Esquerda que apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Considerando que:-----

----- 1 – Esta proposta de Orçamento, no montante de 43 milhões e 375 mil euros, está empolada tanto no capítulo das receitas, como na despesa, pois: -----

----- 2 – As receitas estão demasiados dependentes do QREN, com calendarização problemática, enquanto as receitas próprias estão sobrevalorizadas – em 2009, por exemplo, a estimativa de 6 milhões de euros de venda de terrenos rendeu menos de 100 mil euros; assim, a estimativa de 5,5 milhões de euros para 2010, sendo 2 milhões da venda de prédios em tempo de crise, não oferece quaisquer garantias de realização prática;-----

----- 3 – A incerteza de algumas receitas implicará cortes na despesa, já comprometida em cerca de 70% com despesas fixas, o que traduz uma quase estagnação do investimento público municipal; a existência de rubricas de “Outros” num total de vários milhões de euros, fere o princípio da Consignação Orçamental e denota falta de rigor; -----

----- 4 – Esta falta de rigor vem no seguimento de doze anos de gestão PS na Câmara Municipal de Odemira, traduzida na baixa capacidade de realização dos sucessivos orçamentos e no endividamento crescente – só durante o corrente ano, por coincidência um ano eleitoral, a dívida do município “pulou” 23% da casa dos 13 milhões para 16 milhões de euros, queimando mais algumas etapas da capacidade legal de endividamento do município; -----

----- 5 – Na votação dos impostos municipais, nomeadamente a Derrama e a participação na taxa variável do IRS, o BE votou CONTRA as propostas do executivo, em nome de outra concepção de política fiscal, de critérios de redistribuição da riqueza e de justiça social, com implicações óbvias na apreciação deste Orçamento; -----

----- Assim, em coerência, -----

----- O deputado municipal do Bloco de Esquerda vota CONTRA a Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010, aprovadas pelo executivo da Câmara Municipal de Odemira”. -----

----- **Ponto quatro:** PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO ARRENDAMENTO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0860-2009 – PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO ARRENDAMENTO. -----

----- Foi presente a informação n.º1153, datada de 19 de Outubro de 2009, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Acção Social, informando que em cumprimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara, realizada no passado dia 02/07/09, o Projecto de Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio ao Arrendamento, foi publicado em 18 de Setembro, na 2ª Série do Diário da República. -----

----- Mais informa, que tendo decorrido os trinta dias para apreciação pública do documento, não se registaram quaisquer alterações ou sugestões.-----

----- Propõe-se que a Excelentíssima Câmara prove a remissão do Projecto de Regulamento Municipal à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 6, do Artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro – em que compete à Câmara Municipal, “apresentar à Assembleia Municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do Artigo 53.º.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto cinco:** PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA E ACORDO DE COOPERAÇÃO, ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA E AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZ: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0928-2009 – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ACORDO DE COOPERAÇÃO, ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA E AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O ANO DE 2010.-----

----- Foi presente uma minuta do Protocolo de Delegação de Competências, bem como uma minuta do Acordo de Cooperação, a celebrar entre o Município de Odemira e as Juntas de Freguesia para o ano de 2010. -----

----- Propõe-se a aprovação dos referidos documentos, bem como, conceder plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar em representação do Município, e posterior envio à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que perguntou se não seria possível alterar a ordem de aprovação do protocolo por parte das entidades, de modo a que fosse inicialmente discutido ao nível das Juntas e Assembleias de Freguesia e posteriormente da Assembleia Municipal. A sua questão vinha na suposição de algumas Assembleia de Freguesia poderem rejeitar a proposta em causa depois de ter sido aprovada pela Assembleia Municipal.-----

----- Perguntou ainda se existia algum índice de multiplicação ou fórmula para chegarem àqueles valores e quais tinham sido os critérios seguidos para a distribuição das verbas pelas Juntas de Freguesia. -----

----- Perguntou ainda se não seria possível incluírem, naquele protocolo, os grandes investimentos efectuados pelas Juntas de Freguesia, sobretudo aqueles que fossem para resolver problemas em termos de competências delegadas. -----

----- Por último, disse que ficaria mais satisfeito se as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia fossem na ordem dos cinco ou seis por cento. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que perguntou também sobre os critérios usados para atingir aqueles valores por

freguesia.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que estava disposto para, no próximo ano, fazer uma discussão mais exaustiva do assunto com os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

----- Informou ainda que aqueles valores resultavam de uma base de referência que já existia anteriormente, cuja formulação resultava de cinco por cento do então Fundo Geral Municipal e do Fundo de Coesão Municipal, a dividir pelo total da verba a atribuir pelo orçamento de Estado às Juntas de Freguesia. Referiu ainda que recentemente a verba a atribuir às Juntas de Freguesia tinha sido subdividida em parcelas de investimento e de despesa corrente.-----

----- Por último, disse que tinha consciência que os valores não eram suficientes para as Juntas de Freguesia fazerem tudo aquilo que desejariam, porém lembrou que algumas competências não estavam delegadas. Considerou ainda que os investimentos que tivessem um determinado vulto e relevância, poderiam ser alvo de contratos de programa específicos. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Não votei contra porque no fundo todas as freguesias precisam do dinheiro, mas vou-me abster, porque acho que os critérios sem critério me prejudicam a freguesia.”-----

----- **Ponto seis:** ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DA AMGAP – ASSOCIAÇÃO DE

MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

----- “4 - ASSUNTO N.º 0910-2009 – ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DA AMGAP – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO. ----

----- Foi presente um mail, datado de 20 de Novembro de 2009, enviado pelo Dr. Juvenal Bastos da Cunha, Notário Privativo da Câmara Municipal de Beja, a remeter uma fotocópia da escritura, da constituição da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo, celebrada em 25 de Setembro de 2009, tendo comparecido para o efeito, os seguintes outorgantes: -----

- - Município de Alcácer do Sal; -----
- - Município de Aljustrel;-----
- - Município de Almodôvar; -----
- - Município de Alvito; -----
- - Município de Arraiolos;-----
- - Município de Barrancos;-----
- - Município de Beja;-----
- - Município de Castro Verde; -----
- - Município de Cuba;-----
- - Município de Ferreira do Alentejo;-----
- - Município de Grândola;-----
- - Município de Mértola;-----
- - Município Montemor-o-Novo;-----
- - Município de Moura; -----

----- - Município de Odemira; -----

----- - Município de Ourique; -----

----- - Município de Santiago do Cacém;-----

----- - Município de Serpa; -----

----- - Município de Vendas Novas; -----

----- - Município de Viana do Alentejo;-----

----- - Município de Vidigueira. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento, bem como remessa à Assembleia Municipal. -----

----- A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento, devendo ser remetido à Assembleia Municipal”. -----

----- Interveio o senhor Manuel Amaro Figueira, que perguntou se aquela associação geria directamente a água ou se essa gestão era feita em sociedade com a empresa Águas de Portugal.

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que se tratava de uma associação constituída por vinte e um Municípios do Alentejo, com um capital social de vinte e dois milhões e meio de euros, que se propunha a gerir a água, ao longo de cinquenta anos, em associação com a empresa Águas de Portugal. -----

----- Interveio novamente o senhor Manuel Amaro Figueira que referiu que o modelo seguido nas outras empresas do grupo Águas de Portugal, era cinquenta e um por cento para aquela empresa e quarenta e nove por cento para os Municípios. Questionou ainda sobre a origem da água, nomeadamente se provinha do Alqueva.-----

----- Por último, perguntou se tinham uma ideia aproximada de como estavam a funcionar as empresas de águas semelhantes existentes no País, porque ao que parecia não eram um modelo de sucesso.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que se tratava de um

modelo pluri-municipal, constituído por um conjunto de Municípios que, em qualquer altura, podiam quebrar o contrato, mediante algumas cláusulas contratuais. Disse também que não tinham outras soluções em termos de tratamento de águas, até porque a União Europeia exigia que os modelos fossem empresariais com sustentabilidade. -----

----- Referiu ainda que tinha conhecimento do funcionamento em termos gerais das outras empresas, no entanto lembrou que nos modelos iniciais, especialmente da primeira geração, existiam alguns problemas na forma como tinham sido contratados, devido a possuírem bases de concessão muito apertadas no tempo e cedências obrigatórias de património. -----

----- Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que lembrou que a adesão do Município de Odemira àquela empresa já tinha sido apreciada e aprovada no mandato anterior. Disse ainda que apenas tinha ficado pendente a designação da associação e a respectiva escritura, devido a questões relacionadas com o Registo Nacional de Pessoas Colectivas, sendo esse o assunto em apreciação naquela sessão. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que no concelho de Odemira, a base daquele sistema seria a Barragem de Santa Clara-a-Velha, onde seria construída uma grande Estação de Tratamento que levaria a água à zona do litoral e do interior do concelho, nomeadamente a Pereiras-Gare. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Carlos Carvalho, eleito pelo Bloco de Esquerda que apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Considerando que:-----

----- 1 – A AMGAP (Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo), cuja escritura é hoje submetida à apreciação e deliberação desta Assembleia, corporiza a quota minoritária de 49% (repartida por 21 municípios) na parceria com a Água de Portugal, SA, que detém 51% do capital e determinará a orientação estratégica desta parceria; --

----- 2 – A água é um bem escasso e estratégico, denominada como “o petróleo do século XXI”, pelo que não pode ser submetida à lógica do lucro e do mercado, devendo permanecer sob uma gestão 100% pública e municipal – a exemplo do que acontece com a associação intermunicipal Águas do Ribatejo, integrada por oito municípios, sem privados nem AdP;-----

----- 3 – A Águas de Portugal, SGPS, SA – é, como o seu nome indica, uma empresa cotada em bolsa, cujo capital é provisoriamente detido a 100% pelo Estado mas que consta da lista de privatizações do actual e de anteriores governos; só a crise bolsista, movida pela voragem especulativa neoliberal, adiou por algum tempo a privatização da AdP; -----

----- 4 – O contrato de parceria entre estes 21 municípios e a Águas de Portugal, com a duração de 50 anos, foi celebrado a pouco mais de um mês das recentes eleições autárquicas, sem qualquer debate público e, verdadeiramente, nas costas dos cidadãos; -----

----- 5 – A constituição da AMGAP, sob o nome enganador de Gestão da Água Pública, é mais um passo no caminho perigoso e irresponsável da privatização da água e da alienação de competências tradicionais dos municípios neste área, submetendo-a à lógica empresarial, fora do controlo democrático dos cidadãos e das próprias autarquias; -----

----- Nestas **circunstâncias**, -----

----- O deputado municipal do Bloco de Esquerda vota CONTRA a escritura de constituição da AMGAP e exige a realização de um amplo debate público, seguido de REFERENDO, antes que sejam dados novos passos no caminho desastroso de privatização da água pública”. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão era uma hora, do dia dezoito de Dezembro do corrente ano.-----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

----- A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----